

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quero em primeiro lugar saudar a realização desta conferência e destacar a importância que a Assembleia da República dá a este assunto.

Em segundo lugar, gostava de esclarecer que represento aqui a Delegação Portuguesa que representa o Parlamento português na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Esta minha intervenção é feita em nome desse grupo de Deputados, de diferentes partidos.

Estou aqui eu perante vós por diversas razões, e uma delas será pelo facto de liderar atualmente a Comissão das Diásporas do Conselho da Europa e a Plataforma Interparlamentar para as políticas da Diáspora, que junta ONGS e Parlamentos de todos os países europeus.

Quero deixar bem claro, desde já, que Portugal é um país que se orgulha muito das suas comunidades emigrantes, mas também das diferentes comunidades imigrantes que escolheram Portugal para viver e prosseguir os seus projetos de vida.

O Conselho da Europa olha para o nosso país como um exemplo da integração, de integração de estrangeiros, de integração de refugiados, de integração de minorias étnicas ou religiosas. Quando lá fora me perguntam a razão de Portugal acolher e integrar tão bem, de não haver conflito político sobre este tema respondo da mesma forma como já ouvi pessoas tão diferentes como Guterres, Durão Barroso, Mário Soares, Passos Coelho, António Vitorino ou António Costa responderem lá fora: somos um país de emigrantes, tratamos os outros como gostamos que nos tratem a nós e aos nossos filhos. Somos mesmo assim.

Os portugueses são também produto da sua diáspora, a nossa cultura é tanto resultado dos nossos erros como dos nossos feitos.

Mas hoje estamos aqui a falar de portugueses, de portugueses afrodescendentes, de portugueses de etnia cigana, de portugueses de origem ucraniana, de origem brasileira. Mas também de brasileiros, de cabo verdianos, de romenos, entre tantos outros, com autorização de residência em Portugal. Falamos de todos, porque se o racismo escolhe cor e sotaque, não escolhe passaporte nem certidão de nascimento.

Portugal, não pode num dia ser apontado como país da Europa onde a população melhor aceita a chegada de refugiados e imigrantes e no dia seguinte ser apelidado de país racista. Não aceito nem tolero que surja essa acusação a Portugal e ao conjunto dos portugueses. O combate a todas as discriminações é contínuo e evolutivo. A situação não é tão latente e dramática como se pode tentar fazer querer, até instrumentalizando o descontentamento, mas obviamente que o racismo existe e é preciso ser combatido.

Em Portugal há episódios de racismo, de xenofobia? Sim, infelizmente há. Mas isso não faz nem de Portugal nem dos portugueses racistas, da mesma forma

que um afrodescendente ou português de origem brasileira ou ucraniana que prevarica não pode fazer da sua comunidade um conjunto de prevaricadores como alguém bem recentemente quis fazer-nos crer.

Quer o Conselho da Europa quer esta Assembleia da República orgulham-se do seu papel de defensores dos direitos humanos e do respeito pela diferença. Este Parlamento, que diverge em tanta coisa, que se fratura em tantos temas, não diverge, não cede, não hesita na luta contra o racismo, contra a xenofobia e contra discriminação racial.

No entanto, este é um tema que nos poderá dividir na abordagem e essa divisão é sempre a oportunidade para os extremistas, para os populistas e para aqueles que não hesitam em colocar em causa os mais básicos valores da dignidade humana, conseguirem um proveito político para a sua causa. Não há melhor racismo e pior racismo. Não há diferentes graus na xenofobia ou na discriminação. Há racismo ou não, há xenofobia ou não há, há discriminação ou não há.

Outra coisa é a manipulação, o aproveitamento ou o mesmo a mentira que são usados no sentido de nos diferenciarem sobre quem é mais ou menos defensor dos direitos humanos. É isso que também favorece quem espalha o ódio e em nada ajuda quem é vítima de racismo ou de xenofobia.

É por isso que digo e assumo aqui que devemos combater o racismo e a discriminação com a mesma força que combatemos aqueles que incentivam ao ódio e a divisão. É por isso que saúdo a referência que é feita na versão preliminar do relatório agora apresentado “é muito importante que não haja radicalização do discurso étnico-racial, quer da comunidade maioritária, quer dos que são alvo de discriminação, para que todos possam ser e sentir-se parte da construção”.

Mais do que dividir entre quem combate com mais ou menos força a discriminação e o racismo, qual é o partido ou organização mais empenhada, importa é unirmo-nos nessa causa. Em vez de apontarmos a diferença, devemos salientar a semelhança, a semelhança entre aqueles que escolhem o lado certo da história. Só assim isso significará sempre reduzir ao máximo, isolar os racistas e xenófobos.

Neste debate não seremos todos inocentes. Todos nós já teremos cometido os nossos erros, os políticos, as autoridades e forças de segurança, os ativistas, os líderes de opinião e membros representantes das diferentes comunidades. Mas a generalização dos maus comportamentos é tão injusta e discriminatória como o preconceito criado perante determinadas comunidades.

Não é diferente o preconceito de dizer que determinada comunidade é pior porque membros dessa comunidade prevaricaram, do preconceito e generalização sobre as forças de segurança porque um polícia bateu, espancou ou abusou.

Levantarei sempre a minha voz contra julgamentos populares feitos nas redes sociais, na imprensa ou na casa de cada um. Qualquer um de nós tem direitos, mas também tem deveres. Portugal é um país livre, democrático onde devemos respeitar sempre o Estado de Direito.

O debate de hoje está claramente marcado pelas notícias e posições públicas dos últimos dias, que não podemos ignorar, bem como pela proposta de relatório apresentado e sobre este gostaria de fazer três comentários e salientar que algumas das medidas propostas já se encontram em implementação.

Para melhorar a integração é fundamental conhecer a diferença. Sem dados claros e objetivos não podemos melhorar os instrumentos que derrubem estas barreiras. É por isso subscrevo a proposta que vem neste relatório que defende uma pergunta sobre a origem racial ou étnica nos censos.

Concordo também com a recomendação que é feita e propõe separar o acompanhamento político destas matérias de quem é responsável pelas migrações e refugiados. Estamos a falar de portugueses que tem direitos e deveres algo diferentes dos imigrantes ou refugiados.

Em matéria de direitos políticos e de cidadania, e o relatório nisso é claro, mais do que pensar em criar quotas ou para afrodescendentes ou para determinadas etnias no Parlamento, penso ser mais urgente perceber e combater o abandono escolar precoce de milhares de jovens destas comunidades, com estas origens. Sem isso não se combate a exclusão.

Todos os meios devem ser ponderados, tendo por base até as experiências de outros países. Valorizo em alternativa uma verdadeira integração ao longo de todo o percurso de vida, que permita que cada qual, independentemente de todos os condicionalismos, possa realizar o seu pleno potencial.

Penso que é bem mais urgente reduzir a taxa de abandono escolar, em particular das raparigas que é bem superior às dos rapazes em diversas comunidades. Defender os direitos humanos é também garantir que jovens, sejam de que ascendência forem, se são portugueses e vivem em Portugal têm o direito e o dever de concluir o ensino obrigatório. Devem ter a oportunidade de prosseguir estudos superiores e terem um trabalho digno.

Os partidos têm um papel a desempenhar. Talvez alguns dos que mais propaganda fazem sobre este assunto sejam os que menos trabalham pela integração destas comunidades nos concelhos espalhados por Portugal fora.

É revoltante ver, diariamente, as condições indignas em que vivem muitas famílias em bairros degradados aqui à volta de Lisboa, famílias que escolheram Portugal para viver e que ainda não encontraram a sua dignidade.

É revoltante olhar para os dados do Ministério da Educação e perceber que apesar de sermos um exemplo no acolhimento de refugiados, continuamos a falhar na obtenção da escolaridade mínima de milhares de afrodescendentes, de minorias como os ciganos, entre outros que são portugueses.

É importante derrubar barreiras e perceber se a falta de acesso à universidade, à educação, a empregos na administração pública e nas empresas, no acesso ao topo das carreiras, existe apenas e só por racismo e discriminação ou se estamos a falhar na base, na educação e na participação de todos.

Criar quotas no Parlamento em nada vai resolver, senão mesmo agravar, a discriminação que hoje ainda existe. Mais importante do que isso, é eliminar barreiras para que todos possam votar e ser eleitos, é combater a abstenção entre estas comunidades e reforçar o seu papel como cidadãos. Isto significa reforçar a sua participação na sociedade.

Não precisamos apenas de um Deputado afrodescendente ou de etnia cigana a defender as minorias. Precisamos sim de 230 Deputados portugueses, seja qual for a sua ascendência, a eliminar barreiras, a defender o combate ao racismo, à xenofobia e à discriminação em Portugal.

Precisamos sobretudo de bom senso.

Termino saudando este processo que levou ao relatório. Para muitos foi a primeira vez que foram ouvidos e vistos como sujeitos de discriminação. Coisa que sentem todos os dias, injustamente, e que lhes é negado por um discurso desvalorizador das atitudes racistas, precisamente em prol dessa imagem de um país tolerante.

O reconhecimento é o primeiro passo para a resolução.